

ANGELA ALONSO

# Flores, votos e balas

*O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*

1ª reimpressão



A marca FSC® é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel deste livro provém de florestas que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, além de outras fontes de origem controlada.



Copyright © 2015 by Angela Alonso

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Capa*

Raul Loureiro

*Foto de capa*

Detalhe da obra de José Irineu de Sousa, *Fortaleza liberta*, óleo sobre tela, 40 x 30 cm

*Mapas*

Sônia Vaz, com base em *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes

*Preparação*

Cláudia Cantarin

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Revisão*

Ana Maria Barbosa

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alonso, Angela

Flores, votos e balas : o movimento abolicionista brasileiro (1868-88) / Angela Alonso. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2661-3

1. Brasil - História - Abolição da escravidão, 1888 2. Escravos - Brasil - Emancipação I. Título.

15-09326

CDD-981.04

Índices para catálogo sistemático:

1. Abolição da escravidão : Brasil : História 981.04
2. Escravidão : Abolição : Brasil : História 981.04

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

[facebook.com/companhiadasletras](https://facebook.com/companhiadasletras)

[instagram.com/companhiadasletras](https://instagram.com/companhiadasletras)

[twitter.com/cialetras](https://twitter.com/cialetras)

*Para Maria do Carmo Soler e Felix Alonso Garcia*  
in memoriam

Sob risco de omissão, listo ao final os muitos outros que, de variadas maneiras, me ajudaram neste trabalho, escrito na companhia de Alice, Tomás e Fernando, impossível sem eles, sempre para eles.

Todos os brasileiros somos, de um modo ou de outro, herdeiros do tipo de desfecho que teve a escravidão entre nós. A decisão política, no pós-abolição, de atrair europeus, em vez de incorporar plenamente os ex-escravos à sociedade nacional, trouxe ao país levas de imigrantes, como meus avós Maria do Carmo Soler e Felix Alonso Garcia. Se o desfecho fosse outro, seríamos todos outros. Eles não teriam vindo ao Brasil e eu não teria escrito este livro.

## 1. Abolicionismo de elite

### O ENGENHEIRO DOS DIQUES MÚLTIPLOS

André Rebouças nasceu em meio a uma revolução. Naquele 1838, seu pai depositou esperanças na consolidação do Segundo Reinado, nem ainda parido e já sob risco, qual seu primogênito:

Para animar a minha boa mãe, que chorava ao ver fugirem de mim, doente de bexigas, os passageiros do barco, que saíam de Cachoeira [Bahia], ameaçada pelos revolucionários da Sabinada, [uma senhora desconhecida] tomou-me nos braços e beijava-me repetindo o incrível feito de santa Isabel, rainha da Hungria.

Medraram ambos, o menino e o Segundo Reinado. Destinos entrelaçados até o desenlace, em meio à nova revolução, quando seria a vez de André se compadecer de outra Isabel, rainha sem trono.

Como o Segundo Reinado, André ganhou viço. Cresceu inpartável do irmão Antônio, que a mãe, filha de comerciante, criou

com mais cinco, sob o olho diligente do dr. Antônio Pereira Rebouças. Doutor mesmo sem diploma — embora com dois irmãos formados na Europa, um violista, outro médico. Rebouças pai se fez na vida. Ganhou o direito de advogar por serviços políticos prestados na Independência e na Sabinada e por seu talento para estar no lugar certo na hora certa. Pelas sendas imperiais de ascensão social — talento, educação, patronagem —, virou deputado, provincial e geral, e jurisconsulto, advogando para o Conselho de Estado. Abriu escritório na Corte, quando André fazia sete anos. Corou o novo status adquirindo um lote de escravos domésticos.

Dr. Rebouças transmitiu a André seu senso de oportunidade. Em 1859, matriculou-o, com o irmão, na Escola Central, carreira B do Império. O direito era a trilha A, da elite política. Experiência nas dificuldades da política imperial, encaminhou a prole para a engenharia, via para os negócios. No meio da faculdade, os moços fizeram a clássica viagem de formação pela Europa. André morou em Paris. Passou por Brest, Marselha, Arles, pencias de obras e aulas de engenharia civil. Em Londres, estudou muito, sem faltar às festas da legação brasileira.

Voltou querendo para si um papel misto de engenheiro empreendedor e político reformista. Mas sem diploma de comprovação dos estudos, motivo de dor de cabeça futura. De imediato, afluíram empregos: inspetor de fortalezas, de Santos a Santa Catarina, em 1863. André revelou-se usina de projetos e talento de lobista. Com o pai, fez a via-sacra por chefes do Partido Liberal, então no governo, e assim viabilizou experiência de diques múltiplos. O imperador assistiu e o condecorou.

Estabeleceu-se por talentos complementares. Em tudo empregava a trigonometria, traçava planos e metas, homem sistemático, meticoloso. Cultivava relações, arroteava autoridades e, por modos macios, avançava pleitos, promoções, salários. Assim trafegou em obras por Maranhão, Minas Gerais, Pará, Ceará. Conheceu poten-

tados, presidentes de província, engenhos de farinha. Deparou com barcos quebrados, batizados, jacarés. Dormiu tanto nas melhores casas quanto ao relento. Engenheiro Rebouças, o industrioso. Por onde passava propunha melhorias. O acanhamento do interior inflamava sua índole modernizadora — e os saraus locais desalentavam seu ouvido de operista. Conviveu com elites dos rincões e com escravos, seus assessores nas obras civis. Observá-los ao trabalho acabou por comovê-lo, como registrou em seu diário, em 1863: “Assim não tivessem os nossos antepassados manchado a Terra de Santa Cruz com o abominável tráfico de africanos!”.

Duas notícias quebraram sua toada: o início da guerra do Brasil com o Paraguai e a dos credores com os Rebouças, que obrigaram a dispor de prataria e brilhantes. Somaram-se adversidades com suas obras e empresas, tidas por utópicas. Foi então em romaria ao imperador e a líderes do Partido Conservador, como o futuro visconde do Rio Branco, e, assim, em 1865, virou primeiro-tenente do corpo de engenheiros do Exército no Paraguai. Na guerra como na paz, planejador: projetos para batalhas, a região, o país, com os quais entupiu gerais e o príncipe consorte, de cuja sombra não saía.

A morte da mãe virou essa página. Adoeceu novamente de bexigas. De volta ao Rio de Janeiro, quis ser professor da Escola Central. O périplo: Rio Branco, então diretor da faculdade, Zacarias de Góis e Vasconcelos, que era o chefe de governo, o imperador, lobby democrático por Membros do Partido Liberal e Conservador, cortesãos. Mas os cargos tinham muitos candidatos, e o Império, muitas corriolas. Na espera, leu Stuart Mill e inventou aparelho para reter torpedos. Por fim, ei-lo inspetor da companhia de gás e, depois, gerente das obras da Alfândega, com salário que “excedeu a toda a minha expectativa”. A roda girava: André passou a receber pedidos de favores. Aos 29 anos, tinha bolso cheio, trânsito franco por partidos e salões, até no dos príncipes,

onde teve a honra de dançar com senhoras da Corte do imperador, inclusive a princesa. Eventos que usava para se entrosar nas rodas masculinas da política e dos negócios.

Em meio a experiências com escafandros, em 1867, recebeu o pedido de um engenheiro, seu subordinado numa das empresas que geria, para que alforriasse o operário Chico, decano das obras hidráulicas. Foi quando sua atenção recaiu sobre o assunto. Libertou o escravo e passou a trabalhar em projeto de lei de impostos sobre a escravatura. A abolição, julgou, era indispensável para o progresso do país. No ano seguinte, em 10 de abril, decidiu pôr no papel ideias sobre a emancipação dos escravos. Mas se viu acusado do contrário. É que, ocupando posições cobiçadas, suscitava inimizades. Em 1868, ao apresentar o projeto de uma Escola de Arar, na Escola Central, onde obtivera cadeira, recebeu em cheio, o imperador presente, a pecha de "esclavagista". Então, alforriou "nossa cria Guilhermina", para honrar sua resposta:

Sou abolicionista de coração e aproveito esta solene ocasião para declará-lo. Não me acusa a consciência ter deixado uma só ocasião de [...] fazer propaganda para abolição dos escravos, e espero em Deus não morrer sem ter dado ao meu país as mais exuberantes provas da minha dedicação à Santa Causa da Emancipação.<sup>1</sup>

O engenheiro empresário pôs ali seus diques múltiplos a serviço do abolicionismo. Nos vinte anos seguintes, as provas exuberantes as daria todas.

#### PRUDÊNCIA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Naquele 1868, a abolição assombrava o sistema político. A conversa começara antes, com a nação, e quando Rebouças apren-

dia as primeiras letras, na segunda metade dos anos 1840, o ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, e seus companheiros de governo e do Partido Conservador sofreram aperto da Inglaterra para estancar o tráfico negreiro.

O Brasil fora escravista em ampla companhia até o século XVIII, mas na primeira metade do XIX a cena se alterou. Um grande ciclo de abolições começou por São Domingos (Haiti), onde a revolução liderada pelo negro Toussaint-Louverture, em 1791, aboliu a escravidão dos negros, depois de cortar cabeças de brancos de três exércitos imperiais. Em 1807, o Império Britânico e os Estados Unidos acabaram com o tráfico em seus domínios. Em 1815, um congresso em Viena, com a participação de Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria, Suécia e Portugal, declarou ilegal o comércio internacional de escravos. A maioria das colônias espanholas da América fez, no início do século XIX, um dois em um: independência e abolição. Ao longo dos anos 1820, o cativo acabou no Peru, Chile, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia, México. Na década seguinte, foi a vez da Guiana Inglesa e das ilhas Maurício. É controverso se a razão desse domínio foi econômica, com a expansão de formas capitalistas de produção, que consumiam trabalho livre e requisitavam novos mercados consumidores, ou se se deveu à difusão de nova moralidade humanista, a reclamar extensão de cidadania.<sup>2</sup> Indisputável é que a sequência de abolições criou novo ambiente político internacional, no qual a escravidão quadrava mal.

Desde a Independência, o Brasil recebia demandas do Império Britânico, maior potência mundial, para andar nesse passo. Tratados de proibição do comércio negreiro, em 1826 e 1831, foram o preço inglês para reconhecer a nova nação. A reiteração mostra a pouca vontade nacional de aplicá-los. No sistema político soçobraram as poucas iniciativas para abrir caminho de emancipação progressiva, como a de José Bonifácio de Andrada junto a

Assembleia Constituinte, em 1823. O mesmo se deu na Regência. O tráfico, formalmente extinto, voltou a todo vapor em 1835, e daí até 1850 entraram 600 mil escravos no país. Na virada para os anos 1850, já no Segundo Reinado, a Inglaterra deu o ultimato: policiou embarcações, apreendeu escravos contrabandeados e ameaçou a soberania nacional com navios nas imediações da costa brasileira e rugido de canhoneiras. Sem remédio, o governo do Partido Conservador golpeou sua base social, de proprietários e traficantes de escravos, com lei que levou o nome de Eusébio de Queirós e que encerrou, de novo, o comércio ultramarino de africanos, em 1850. Dessa vez, a Marinha britânica ficou pelas costas brasileiras, conferindo a valia da palavra do país ao sul do Equador.

O governo compensou como pôde: entre a aprovação e a vigência da lei, franqueou os portos para importação massiva de africanos. Depois de 1851 entraram ainda 9309 africanos. Mas, em 1856, o desembarque clandestino de cerca de duzentos em Pernambuco custou ao chefe de governo novo aviso da Inglaterra. Então o tráfico acabou de vez. Corte violento do negócio mais lucrativo de todos, que nutria as famílias de proa e soprava na popa das contas estatais. Foi uma sangria de bolsos, desorganização de negócios, brados de humilhação pátria.

A ninguém ocorreu que assim acabasse a escravidão. Era a pedra angular da economia, de partidos e da sociedade aristocrática desde as origens da nação. Ao longo de cerca de três séculos, o Brasil foi o país que mais importou africanos: 5 848 265, cerca de 500 mil deles no Segundo Reinado.<sup>3</sup> Os escravos se espalharam, mercadoria acessível à maior parte da população. Proprietários de terras, profissionais liberais, o imperador, o grosso dos brasileiros, até ex-escravos tinham cativos. Empregavam-se em negócios e ofícios, no mundo privado e no público, no comércio e no Estado, nas ruas e nas casas. Embora sustentáculo da expansão agrícola, a escravidão não era só negócio de fazendeiro. Disseminada, esparra-

mou-se pela vida social. Base do modo de vida, bom negócio em si e esteio de todos os rentáveis. Pilar da hierarquia social e do estilo de vida do estamento dominante, estava na corrente sanguínea nacional. Alicerçava o sistema político, pois eleitos e eleitorado eram majoritariamente de proprietários de escravos. A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural. A nação toda era escravista, o que retardou a conversão do tema em problema na agenda pública.

Quando o tráfico estancou, o escravo virou bem precioso e sua posse se concentrou nos estratos de mais renda e em áreas de agricultura de exportação.<sup>4</sup> Se isso gerou grande contingente de famílias com pouca ou nenhuma escravaria, sem interesse direto em manter a instituição, aumentou, em contraparte, o status dos possuidores. Quanto mais caro o bem, mais prestígio se afere por possuí-lo.

Depois de 1850, a política do escravismo consistiu em garantir o abastecimento da economia agrícola com tráfico de cativos entre as províncias e fazer o assunto girar em ponto morto nas instituições políticas. Por isso, em 1852, quando um deputado cogitou, na Câmara dos Deputados, uma Lei do Ventre Livre, isto é, a libertação dos filhos de escrava que fossem nascendo, para ir gradualmente acabando com a escravatura no Brasil, por conta tanto da artilharia do cruzeiro inglês como em nome da "sã política", ouviu que a instituição se acabaria por meios naturais, pelo declínio vegetativo de uma população que vivia pouco e mal. O projeto nem sequer foi discutido, definido por um dos presentes como um sentimentalismo protestante: "Temos um novo Quaker! (*Risadas*)".<sup>5</sup>

Fazer graça da orientação religiosa do abolicionismo anglo-americano não tornava menos séria a supervisão do governo inglês na efetivação dos tratados antitráfico. Em 1860, William Christie, ministro britânico no Brasil, denunciou a escravização

de africanos que considerou livres, porque importados depois do tratado bilateral de 1831. Reclamou da vista grossa do governo brasileiro para a transferência do Norte para o Sul do país de 34 688 escravos por via marítima, o que configuraria comércio atlântico proibido pelos acordos mutuamente firmados. A escaramuça azedou com dois incidentes envolvendo três ingleses presos por autoridades brasileiras, na virada de 1862 para 1863. Christie demandou indenização pecuniária a seus concidadãos. O governo recusou. O inglês então ordenou bloqueio naval do Rio de Janeiro por seis dias e captura de cinco navios brasileiros em águas nacionais. A defesa do tráfico interno foi fraseada como resistência ao ataque à soberania nacional por políticos e pelo imperador. Negociações difíceis liberaram o porto e, ao fim, romperam-se relações diplomáticas por dois anos.<sup>6</sup> O saldo da Questão Christie foi popularidade para o governo e a Coroa, afinal a sociedade era escravista, mas também escancarou que até o tráfico em águas nacionais seria difícil de manter.

O escravismo brasileiro não teve mais sossego. Nova onda abolicionista internacional devastou seus congêneres na Colômbia (1851), no Havai (1852), na Argentina (1853), na Jamaica e na Venezuela (1854), no Peru e na Moldávia (1855), e a servidão acabou na Índia (1860) e na Rússia (1861). Em 1863, o processo chegou às colônias bávaras e chegaria de vez às portuguesas em 1869. No fim dos anos 1860, o Brasil estava escravista em companhia apenas de nações com as quais fugia de se ombrear: Zanzibar e Madagascar, Gana, Bulgária e o Império Otomano, que respectivamente carregaram o andor escravista até 1876, 1878, 1879 e 1882.

A elite brasileira conhecia, por livros, viagens, visitas de estrangeiros e jornais, os processos abolicionistas progressos e coetâneos. Essa variedade de experiências funcionou como um *reper-tório político*,<sup>7</sup> que orientaria discursos e decisões, tanto de abolicionistas como de escravistas, tanto o ativismo social quanto

a política de Estado. E deu norte para os brasileiros lidarem com a questão quando ficou impossível escamoteá-la.

Desse repertório extraíram modelos a seguir e exemplos a evitar. O desmonte do escravismo nos impérios inglês, francês, português e holandês pouco servia de parâmetro, pois neles a escravidão fora colonial e de ultramar. Bomba em casa, qual a nossa, quem ainda a tinha eram estadunidenses e cubanos, que, como os brasileiros, receberam massivo aporte de africanos e juntos formavam as maiores economias escravistas do continente. Isso mais a relativa proximidade geográfica fizeram deles nossos espelhos principais. O que corria num reverberava nos outros. Em 1861, a escravidão deu combustível para uma guerra civil nos Estados Unidos, cujo governo, em 1862, selou com a Inglaterra acordo para suprimir o tráfico negreiro e, no primeiro dia de 1863, lançou a *Emancipation Proclamation*, libertando os escravos do país. Ato contínuo, cubanos e porto-riquenhos fundaram a Sociedade Abolicionista Espanhola e o governo de Madri abriu debate sobre legislação antiescravista.<sup>8</sup>

Essa conjuntura internacional decantou, em parte da elite imperial, a convicção da inevitabilidade de medida emancipacionista para o Brasil não sobrar sozinho na praia escravista. Um olho mirou o desfecho indesejável, a Guerra Civil Americana. Temia-se reavivar o conflito entre regiões, traumático na Regência, com o desequilíbrio na distribuição geográfica da escravaria: a economia do café, consolidada no Vale do Paraíba carioca e na Zona da Mata mineira e se expandindo no Oeste Paulista, comprava escravos de negócios menos prósperos do Norte. Outro olho enxergou o andamento mais tranquilo da Espanha, que cogitava alforria de filhos de escravas à medida que nascessem e de escravos com mais de sessenta anos. A *Libertad de Ventres* funcionara em várias partes da América — Chile, Argentina, Vene-

zuela, Peru, Colômbia, Equador, Uruguai, Paraguai — e nas colônias portuguesas.

Esse passado serviu para pensar o futuro brasileiro em livros, artigos e propostas de lei no Brasil, que proliferaram a partir dos anos 1860. Aurélio Cândido Tavares Bastos, membro do Partido Liberal e seguidor atento da cena internacional — correspondia-se com a *British and Foreign Anti-Slavery Society*<sup>9</sup> —, via a escravidão como causa da miséria moral e material do país. Seu alvitre era extirpá-la aos poucos: aplicar a lei de 1831 (que libertaria os africanos chegados desde então), concentrar escravos no campo, taxar sua posse nas cidades, proibi-la a estrangeiros e prover emancipação gradual por meio de um pecúlio para a compra de alforrias, libertações anuais à custa do Estado e data-limite para acabar com a instituição em províncias com poucos cativos. A abolição era parte de agenda modernizadora rematada com pequena propriedade, imigração e expansão da rede viária. Já o Conservador Agostinho Marques Perdigão Malheiros, igualmente relacionado com a *Anti-Slavery* inglesa, apontou em seu livro *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, saído entre 1864 e 1867, o caráter juridicamente construído do cativo — em vez de emanção da natureza. Em 1863, já discursara na Ordem dos Advogados por uma Lei do Ventre Livre, à maneira do que se discutia na Espanha. O senador e visconde de Jequitinhonha foi mais longe. Para Estados Unidos, Rússia e Brasil, o problema era mais sério que nos impérios francês, holandês e português — escravistas em colônias de ultramar —, pois a escravidão vivia nas entranhas da nação. Para evitar uma guerra civil como a estadunidense, propunha solução à russa: abolição em quinze anos, sem indenização aos proprietários de escravos. Propostas como as desses três pingavam intralite, extraparlamento. Todos à cata de resposta à pergunta de Tavares Bastos: “Como se poderá chegar à abolição sem revolução?”<sup>10</sup>

A resposta era difícil. Apesar do declínio com o fim do tráfico, o volume de escravos seguiu alto. O censo de 1872 contaria 1 510 806 deles — ou 15,2% da população brasileira. Proporção maior em Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, que, juntos, abrigavam 61% dos cativos. Dentre os fluminenses, a proporção era de 1,67 livre para cada escravo.<sup>11</sup>

Se a demografia jogava a favor do escravismo, a geopolítica oferecia contrapeso. Além de antiabolicionismo doméstico, os ingleses passaram à campanha internacional. Em 1864, quando se anunciava o desfecho da guerra estadunidense, a *British and Foreign Anti-Slavery Society* enviou uma petição pelo fim da escravidão no Brasil a d. Pedro II. Naquele janeiro, o imperador escreveu ao chefe de governo, Zacarias de Góis e Vasconcelos, que os acontecimentos dos Estados Unidos “exigem que pensemos no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo que a respeito do tráfico dos africanos”. Isto é, para não sofrer novo aperto externo. Membro da Liga Progressista, dissidência reformadora do Partido Conservador, Zacarias tinha na biografia a pertença à associação antiescravista Sete de Setembro — Sociedade Ypiranga e, como advogado, pleiteara, em 1863, alforrias em tribunal.<sup>12</sup> Em 1864, chefe de governo, atentou para a questão ser-vil, mas faltou-lhe o tempo para providências, pois teve governo relâmpago, de janeiro a agosto. Ele saiu do ministério e ela, da pauta das instituições políticas.

Era o rumo contrário ao do resto do mundo. Em 1865, o norte abolicionista venceu nos Estados Unidos, com o assassinato do presidente Lincoln por rescaldo. Ato contínuo, em julho de 1866, a Espanha deu cabo no tráfico para suas colônias e acelerou as discussões de Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários.<sup>13</sup> O Brasil se insulava, em solidão escravista.

Quem leu *O Ateneu*, de Raul Pompeia, tem imagem sombria de Abílio César Borges, modelo para o temível Aristarco, diretor do internato que nomeia o livro, versão romanesca do Colégio Abílio, onde Pompeia estudou. Outros alunos apreciaram mais o mestre, um se lembrava dele como homem sensível, comunicativo e entusiasmado, que ria e chorava em constante comunhão com seus alunos.<sup>14</sup>

O professor tinha barba à inglesa e levava sempre cartola. Esses modos aristocráticos se temperavam com orientação modernizadora. Era dos poucos na elite imperial disposto a discutir a abolição na sociedade, enquanto ela empacava no sistema político. Outros parecidos com ele conformaram, entre 1850 e 1860, três polos antiescravistas, cada um com duas associações.<sup>15</sup>

No Rio de Janeiro, além da Sete de Setembro — Sociedade Ypiranga, surgida em 1857, aparecera no aniversário da Independência, em 1850, a Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Índios (SCT), povoada de 215 sócios, modernizadores da elite imperial como Borges, que enviaram ao governo projeto defendendo o ventre livre com indenização aos proprietários, incentivo à imigração e à pequena propriedade.<sup>16</sup> A SCT estabeleceu relação com a British and Foreign Anti-Slavery Society e começou a promover *meetings*, modelados nas reuniões públicas inglesas.<sup>17</sup> O abolicionismo brasileiro esteve desde aí vinculado à rede estrangeira.

Outro polo abolicionista apareceu em Pernambuco, onde se formariam duas associações mais ao fim da década. O terceiro foi na Bahia, com a Sociedade Libertadora 2 de Julho, organizada em 1850 por alunos da Faculdade de Medicina, mas tendo entre seus membros o senador Jequitinhonha. A Libertadora fez, em Salvador, em 1862, a primeira passeata abolicionista no Brasil. A roma-

ria cívica associou o fim da escravidão com o 2 de Julho, data de celebração local da Independência. Outra associação baiana teve mais consequência e nos leva de volta ao professor de Raul Pompeia, Abílio Borges. Médico de formação, transmutou-se em educador-modelo, cheio de condecorações e títulos, membro de instituições de prestígio, como o Instituto Histórico, experimentado em filantropia e criador de associações civis de apoio à educação. Homem de mão na massa, lançou *O Gymnasio*, jornal para propagar seus princípios pedagógicos, e montou um colégio para órfãos em Salvador. Viajado, circulou por Inglaterra, Bélgica, Alemanha, França, Itália, Suíça, Argentina e Estados Unidos, e trouxe dessas partes método novo de ensino por persuasão, sem castigos, que introduziu em seu Ginásio Baiano: Era uma escola moderna, à qual famílias de nome da província confiavam seus filhos. No discurso de abertura do ano letivo de 1866, bradou que o estudante não devia ser escravo de seu mestre, pois toda escravidão seria contrária à natureza.<sup>18</sup> O paralelo orientou sua campanha antipalmatória na imprensa, que desembocou em crítica ao açoite nos escravos. Borges não mantinha cativos nem em casa nem em seu colégio e demandava aos alunos que não os trouxessem consigo.

Cosmopolita, conectou-se à rede abolicionista transnacional. Numa de suas viagens à Europa, em 1860, tornou-se membro da British and Foreign Anti-Slavery Society de Londres e estreitou laços com a Sociedade Francesa pela Abolição da Escravidão, que combatera o escravismo em colônias de seu país. Um membro dessa última associação contaria a ideia que lhe insuflou aquele “abolicionista decidido do Brasil”, de preparar juntos uma petição ao imperador brasileiro.<sup>19</sup> Borges pertencia à aristocracia imperial, com acesso à família imperial, mas apostou no vexame externo como meio de levar a questão à pauta. De suas alianças na Europa nasceu uma petição emancipacionista assinada por políticos fran-

ceses eminentes, admirados nos meios brasileiros, que, intermediada pelo Ministério de Assuntos Estrangeiros da França, chegou ao imperador em julho de 1866.

O documento embaraçou d. Pedro. Arranhava a reputação do Império aparecer como terra escravista. Lisonjeado, e igualmente preocupado, com a atenção de luminares europeus, respondeu reconhecendo a movimentação da opinião pública no Brasil pela abolição, mas ponderou que a questão era difícil e sua solução dependeria de “forma e oportunidade”. Assim foi que o pequeno ciclo de associativismo abolicionista dos anos 1860 alcançou eficácia por efeito bumerangue: a estratégia de Borges, de aliança com abolicionistas estrangeiros, atingiu o sistema político brasileiro e empurrou a questão de volta à agenda institucional.<sup>20</sup>

Em 1866, também a guerra contra o Paraguai obrigou a reinserção da escravidão na agenda. O consórcio bélico com Argentina e Uruguai convidou à comparação entre os países da América do Sul, que o Brasil liderava com pés de barro, uma vez que era escravista entre nações de povo livre. Críticas vinham “do *Semanário* paraguaio como da *Revue des Deux Mondes*, dos congressos pan-americanos, como das caricaturas *porteñas*”.<sup>21</sup> Além da má reputação, a frente de batalha consumia cadetes aos magotes e obrigou o Conselho de Estado a discutir a engorda da tropa pela conversão de escravos libertos em soldados.

Um dos conselheiros, o Conservador visconde de São Vicente, achou a ocasião propícia para a conversa, visto que a Espanha estudava medidas emancipacionistas para suas colônias e, no escravismo, “resta só o Brasil! Resta o Brasil só!”. São Vicente acompanhava a legislação antiescravista das Américas e da Europa e redigiu cinco projetos de abolição gradual, cujo fulcro era o do programa de 1852 da SCT: o ventre livre. O jornal do partido oposto, o *Opinião Liberal*, defendeu, no mesmo momento, a substituição do trabalho servil pelo livre.

Mas o grosso do Conselho de Estado, anciãos do tempo da crise do fim do tráfico, fez coro com outro Conservador, o visconde de Itaboraí, que, embora reconhecesse a pressão estrangeira contra a escravidão, temia mais a expectativa da liberdade futura que o ventre livre produziria nos próprios escravos, um incentivo, julgava, para insurreições.

A conta-gotas, a questão se infiltrou num sistema político que andava longe de ser simples. O Poder Moderador indicava chefe partidário para montar gabinete, que chamava eleições para compor a Câmara. Contudo, a capacidade de agenda do imperador tinha dois contrafortes: Senado e Conselho de Estado, vitalícios, por isso mais independentes que os deputados, e ocupados por políticos tarimbados, com força para frear projetos ou decidir seu curso. Isso se viu em 1867, quando, pesando a abolição feita nos Estados Unidos, a caminho nas colônias espanholas, e a imagem externa do Império na hora em que d. Pedro planejava ir à Europa, Zacarias, de novo à frente do governo, devolveu o problema ao Conselho de Estado. Mandou aos conselheiros os projetos de São Vicente e três perguntas: se era o caso de abolir e, se sim, quando e como. Discutiui-se nas sessões de 2 e 9 de abril, quando o Liberal Nabuco de Araújo exortou: “Está abolida a escravidão em todo o mundo cristão. Só resta no Brasil e na Espanha”. E a Espanha avançava, preparando lei de libertação de nascituros e idosos.<sup>22</sup>

O Conselho não se comoveu com a confluência entre o Conservador São Vicente e a base do governo Liberal de Zacarias. Mas a coalizão teve seus efeitos. Formou-se uma comissão de estudos sobre o assunto e a fala do trono de 1867 frisou que o tema deveria ser tratado no ano parlamentar, porém com cautela: “respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria, a agricultura”. Zacarias apressou a comissão para

formular parecer, discutido entre abril e maio. Seu epicentro era o ventre livre.<sup>23</sup>

Homens como Abílio Borges teriam feito girar essa roda, mas modernizadores como ele investiam em associações civis e arrimo estrangeiro porque achavam ouvidos moucos na Câmara e no Senado, onde a abolição era o melindre dos melindres. Assombrosa a ordem política, dada a guerra com o Paraguai, e ameaçava a econômica. A interiorização de capital do tráfico negreiro dera as bases econômicas para uma era dourada do café no Vale do Paraíba, turbinara obras de infraestrutura, estradas, melhoramentos urbanos e empresas e negócios, como as do sócio de Rebouças, o barão de Mauá. Se o país carecia de braços, a abolição soava como um contrassenso.

O imperador se viu ante maioria de políticos contra e poucos em favor de avançar a abolição. No começo de seu reinado, lidara com líderes Conservadores fortes, responsáveis pela montagem das instituições do Segundo Reinado. No entanto, à medida que desapareceram homens como Eusébio, o imperador passou a jogar com os partidos, beneficiando ora um, ora outro, para não se apriacionar por nenhum. Quanto à escravidão, oscilou entre conduzir e frear reformas que abalasses o delicado equilíbrio sobre o qual se assentavam seu poder e a própria monarquia. Assim foi que apoiou o emancipacionismo Liberal de Zacarias, em 1867, mas, em face das injunções da Guerra do Paraguai, não titubeou em trocar-lo pelo escravismo do Conservador visconde de Itaboraí em 1868.

Itaboraí trouxe do café do Vale do Paraíba uma profecia: a abolição traria assassinatos, insurreições e mesmo a guerra civil. Seu ministério reuniu a fina flor dos Conservadores mais avessos a qualquer mudança no statu quo, apelidados de Emperrados. Entre eles estavam Paulino Soares de Sousa, seu sobrinho e herdeiro político; o ardiloso barão de Cotegipe, que conheceremos melhor adiante, e o virulento José de Alencar, que todos conhe-

cem. A nomeação pelo imperador desse governo ultraconservador ante uma Câmara Liberal gerou crise política e tirou a abolição de novo da agenda institucional em 1868.<sup>24</sup>

A crise teve efeito inesperado. A briga intraelites abriu oportunidades para a expressão de vários gêneros de crítica às instituições imperiais. Isso porque, em 1869, os Liberais protestaram contra sua derrubada do governo no espaço público. A facção de Tavares Bastos, autointitulada Liberal Radical, armou jornais, clube, conferências públicas e manifesto, que demandavam o fim gradual da escravidão e modernizações política e econômica. Os mais moderados, caso de Zacarias, agrupados no Centro Liberal, pediram o ventre livre em manifesto. Essa movimentação, ao atestar a existência de facção reformadora no sistema político, legitimou o debate público sobre a escravidão e indicou possíveis aliados para as sociedades abolicionistas dentro do esquadro institucional. Assim, contraintuitivamente, o associativismo abolicionista cresceu durante o gabinete escravista de Itaboraí e no encalço da movimentação dos Liberais, quando associações apareceram no Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.<sup>25</sup>

Era um abolicionismo de elite. Os membros das associações provinham, na maioria, da elite social: viscondes, barões, ocupantes de bons postos públicos e com acesso aos partidos. Modernizadores — vê-se pela inclusão de senhoras em várias associações —, sua cesta de reformas incluía abolição gradual, imigração e pequena propriedade. Homens com um pé na política de dentro, outro na de fora das instituições. Nada de radicalismo, mas mesmo assim perturbadores para um sistema político que houve por bem discutir o fim do tráfico em sessões secretas em 1850.

As novas associações começaram a fazer propaganda pública em prol do ventre livre. Arrecadavam doações para alforriar es-

cravas jovens em cerimônias que vinculavam abolição e Independência. Ritual elaborado apareceu com a Sociedade Libertadora 7 de Setembro, fundada em Salvador, em 1869. No comando de 512 sócios, quinze deles mulheres, estava nosso conhecido Abílio Borges. A Libertadora pôs na rua o jornal quinzenal *O Abolicionista*, que noticiava a história internacional do abolicionismo, com foco nos andamentos de Porto Rico e Cuba.

Borges conhecia o repertório antiescravista britânico, mobilizador, que combinava lobby, associativismo, panfletos, manifestos, jornais e manifestações públicas. Mas não podia simplesmente reproduzi-lo. O abolicionismo inglês, assim como o estadunidense, contou com estrutura organizacional religiosa de quakers, como os que visitaram a SCT nos anos 1850. As capelas protestantes deram base para a propaganda. No Brasil, o quadro era outro. A Igreja católica era parte do Estado, e o catolicismo, religião de Estado. A sobreposição de estrutura religiosa e burocracia pública gerava padres-funcionários, sem independência para criticar as instituições estatais como a escravidão, antes incumbidos de legitimá-las. Tal configuração compeliu os abolicionistas daqui à busca de arena e modelo litúrgico laicos para sua propaganda.

Borges o achou no espaço público extraparlamentar que os Liberais Radicais politizavam: salões de agremiações, escolas, Câmaras municipais. Promovia festas cívicas solenes em seu Ginásio Baiano, em 2 de julho e em 7 de setembro. À frente de uma mesa com toalha verde e bordados dourados, “calcando aos pés a ignorância e o vício”, exortava ao patriotismo. Professores discursavam e alunos da elite baiana cantavam e declamavam. Borges levou o rito e seus praticantes para o abolicionismo. No dia de seu nome, em 1869, a Libertadora 7 de Setembro organizou bazar e leilão de objetos doados, com fundos revertidos para alforriar mulheres e crianças. Fez também uma cerimônia cívica para a entrega de cartas de liberdade. Sem contar, como os abolicionistas

anglo-americanos, com o espaço da igreja, usou o do teatro. Na sessão de 1<sup>ª</sup> de novembro de 1869, houve música e poema:

*Não desespere, cativo!  
Levanta tranquilo a frente:  
Vai-se aclarando o horizonte  
da tua sorte infeliz!  
Tu choras!... mas nessa lágrima  
Que no teu rosto flutua,  
Se há desonra não é tua...  
É toda do meu país!*<sup>26</sup>

A grandiloquência romântica, Borges intuiu, tinha poder mobilizador. Alocou professores e estudantes do Ginásio Baiano nesse serviço. Dentre eles brilhou Antônio de Castro Alves, que *O Abolicionista*, onde Borges o pusera a escrever, alcunhou de “Poeta dos Escravos”. O moço levou consigo a ideia, quando matriculado em direito em São Paulo, como se viu em sarau dos Liberais, em 1868. Declamou então versos engajados. “Tragédia no lar” propagandeava o ventre livre, como a Libertadora, ao dar voz à mãe escrava:

— *Escrava, dá-me teu filho!* [...]  
*Assim dizia o fazendeiro, rindo,* [...]  
— *Perdão, senhor! perdão! meu filho dorme...*  
*Inda há pouco o embalei, pobre inocente,*  
*Que nem sequer presente*  
*Que ides...*  
— *Sim, que o vou vender!* [...]  
*Senhor, por piedade, não [...]*  
*Por piedade, matai-me! Oh! É impossível*  
*Que me roubem da vida o único bem!* [...]

— *Cala-te miserável! Meus senhores,  
O escravo podeis ver... E a mãe em pranto aos pés dos mercadores  
Atirou-se a gemer.*  
— *Senhores! basta a desgraça  
De não ter pátria nem lar, [...]  
Deixai à mãe o filhinho,  
Deixai à desgraça o amor. [...]  
A criança do berço ei-los arrancam  
Que os bracinhos estende e chora em vão!  
Mudou-se a cena. Já vistes  
Bramir na mata o jaguar [...]  
Assim a escrava da criança ao grito  
Destemida saltou,  
E a turba dos senhores aterrada  
Ante ela recuou.*  
— *Nem mais um passo, cobardes!  
Nem mais um passo! ladrões!  
Se os outros roubam as bolsas,  
Vós roubais os corações!...*

Os apelos da escrava, que resiste ao perder o filho, eram apelos do poeta à audiência:

*Leitor, se não tens desprezo  
De vir descer às senzalas, [...].  
E sangra às vezes piedade,  
E sangra às vezes remorso? [...]*

O abolicionismo achou seu palco no espaço público e laico dos teatros. Essa localização da propaganda a infundiu de artes, que abocanhariam o quinhão que no abolicionismo anglo-americano coubera à religião. As cerimônias cívicas de Abílio Borges

seriam rituais de dramatização da escravidão e apelo aos sentimentos, conclamando a abolição como nova Independência. Nessas, 191 títulos de alforria foram concedidos de 1869 a 1871.<sup>27</sup> Definiu-se aí um estilo de ativismo ancorado na díade associativismo/cerimônias cívicas, o estilo Borges de ativismo.

O estilo se multiplicaria por relações professor-aluno, de apadrinhamento, trabalho, amizade, compadrio, consanguinidade. Borges foi o mais profícuo, mas não o único dos pioneiros que, longevos, funcionaram como articuladores intergeracionais. Homens-pontes, transmitiram suas técnicas aos jovens, condição para a campanha perdurar e se expandir no espaço público. Na cabeça de Borges, o ativismo de elite precisava desabrochar em mobilização social. O *Abolicionista* defendia suplantando o caráter filantrópico da compra de alforrias em favor de mobilizar a opinião pública: “[...] trabalhar para que em todo o Império circule e se aprofunde o movimento abolicionista. Para que por toda parte radique-se nos espíritos a convicção, e nos corações o entusiasmo; para que a nação inteira proclame em altos brados a necessidade urgente de extinguir-se a escravidão”.<sup>28</sup>

#### O ESTILO REBOUÇAS DE ATIVISMO

Nos diários de André Rebouças pululam óperas e obras: de dia, canteiro e trena; de noite, trinados e falsetes. A partir de 1868, novo assunto foi assoreando os demais: a escravidão. Durante o terceiro gabinete Zacarias, quando a questão entrava em pauta nas instituições políticas, Rebouças começou a operar como abolicionista.

Na lida com empreendimentos, aproximara-se da SCR e de Tavares Bastos, seu parceiro na Companhia das Docas. Essa dupla convivência o contaminou com agenda tríplice: pequena proprie-

dade, imigração e expansão dos transportes.<sup>29</sup> Rebouças recebeu o bastão dos modernizadores mais velhos. Mas, ao se decidir por abolicionista, julgou que, além do estilo Borges, de associação, arregimentação de apoio internacional e cerimônias cívicas, era preciso ir pelos meandros das instituições. Transferiu para a política seu *modus operandi* de empresário, o lobby.

A experiência com obras viárias lhe ensinara que deliberações cruciais dependem do núcleo do governo, que se pode pressionar, jamais ignorar. Seriam duas tarefas interligadas: persuadir a sociedade e fazer andar o Estado. Pôs-se a manejar sua extensa rede de relações interpessoais, tão crucial na sociedade de corte, para assoprar ao ouvido de autoridades e construir pontes entre o associativismo abolicionista e o governo. O lógico, pensou o geômetra, era ir ao centro: ao imperador, ao chefe de gabinete, ao marido da herdeira do trono.

Este último assumiu o governo do arrasado Paraguai, perto do fim da guerra, em 1869, e lá aboliu a escravidão. A Anti-Slavery inglesa aproveitou para enviar nova petição a d. Pedro e, no ano seguinte, outra ao próprio conde D'Eu. Rebouças, que circulava pela casa imperial, viu o efeito da conjuntura externa sobre o imperador: em maio de 1869, assistiu-o dizer que o país estava de exceção entre as nações civilizadas e que era preciso fazer "alguma coisa" pela emancipação.<sup>30</sup>

Com seus diques múltiplos, Rebouças se plantou como articulador entre elite social, sociedade de corte e sistema político. Tinha capacidades e laços para tanto, pois, lembraria adiante, "fui, em 1870 e 1871, o primeiro empresário do Rio de Janeiro". Para cimentar a ponte entre antiescravistas da sociedade e as instituições, ideou, em abril de 1870, uma Associação Central Protetora dos Emancipados. Em sessão preparatória, discutiu-se que a sociedade se dedicaria a emancipar os escravos por meio de seguros de vida. Rebouças levou um projeto de lei nesses termos

ao chefe de governo, o antiabolicionista Itaboraí. Na faina de engenheiro empresário encetara amizade com esse visconde, como ele, amante das matemáticas. Poucos homens podiam ser mais opostos, mas se apreciavam sinceramente. Itaboraí o chamava de "meu inglês".<sup>31</sup>

Esse coração mole não batia pela abolição. Itaboraí era visconde de setenta anos e pretendia viver os mais que lhe restavam sem enxaquecas políticas. Seu "inglês" se obcecara pela abolição, como acontecia com todos os seus projetos, e replicou ao visconde que não teria "despeitos nem cansaços quando se trata de servir ao Brasil e à Liberdade". Foi ao príncipe consorte, de onde saiu amparado em promessa vaga. Apertado de todo lado, Itaboraí ganhou sua dor de cabeça: aceitou o projeto de uma Associação Central Protetora dos Emancipados, presidida pelo conde D'Eu, e prometeu a Rebouças que consultaria o ministério a respeito. Rebouças tentava erodir a resistência do chefe de governo da mesma maneira como arranjava seus empregos, por peregrinação. Falou a deputados, circulou pelos bastidores do Parlamento, impingindo seu projeto a quem passasse. Eis seu estilo de ativismo: lobby e articulação. Visava criar consenso mínimo entre membros da sociedade de corte, das instituições políticas e da elite social e, assim, armar o apoio que a abolição não possuía.

Seu método foi eficiente em produzir agenda, mas não venceu a língua entre acesso e influência. Itaboraí deixou as palhas onde estavam. O conde D'Eu, criticado por todo lado por ter feito a abolição no Paraguai, tampouco era o entusiasta que Rebouças supunha. Disse que eram bons os projetos de lei e de associação e se safou. Como oposições só endureciam seu propósito, Rebouças reagiu com o bom exemplo. Sintonizou vida privada e pública, em junho de 1870, quando libertou Roque, Júlia e Emília, os três últimos escravos de sua casa.<sup>32</sup>

Mais que o assédio doméstico de Rebouças, o visconde de Itaboraí sofria azucrinaçãoções internacionais. Em 1869, a Associação Abolicionista Internacional de Paris enviou moção e o *Anti-Slavery Reporter* publicou carta do senador Nabuco de Araújo em defesa de medida emancipacionista. Os abolicionistas estadunidenses contataram o senador, talvez animados pela prevista erradicação da servidão no Alasca, adquirido pelos Estados Unidos junto à Rússia, a realizar-se em 1870.<sup>33</sup>

Também em 1870 acabou o litígio brasileiro com o Paraguai, usual subterfúgio para adiar a mexida na escravidão. Mas o Conselho de Estado e o Parlamento seguiram calados. Nada acontecera e, a depender de Itaboraí e de seu braço direito Paulino Soares de Sousa, nada aconteceria. O imperador escreveu ao chefe de gabinete que seria um erro evitar, na fala do trono, o assunto a respeito do qual “todos parecem ocupar-se menos o governo”. Não que se declarasse abolicionista, pois esclareceu, em reunião do ministério, que “havia de opor até a última [possibilidade] para que se não fosse além da liberdade do ventre”. O Barão de Cotegipe, que narra a cena e era parte do gabinete, respondeu ao soberano que os Conservadores tinham aceitado o ministério com a condição de não bulir nesse assunto e, de fato, a fala do trono de 1870 saiu sem menção a ele.<sup>34</sup>

Na Câmara, porém, uma dissidência Conservadora acossou o gabinete, para que se posicionasse sobre a liberdade do ventre e criasse a Comissão Especial de Emancipação para discuti-la — aquela que o governo Zacarias fracassara em levar adiante. Rebouças estava nas galerias: “Assisti, com a maior emoção”. Viu a interpelação que um deputado fez ao visconde de Itaboraí, e sua resposta, que, celebrou, fora conforme ao que tinham combinado,<sup>35</sup> isto é, não obstar a Comissão, criada com cinco membros.

Rebouças foi logo confabular com eles. O episódio exibiu fratura no Partido Conservador: uma ala modernizadora apoiava os projetos de São Vicente contra os Emperrados de Itaboraí.

Esse racha entre os Conservadores deu relevo ao posicionamento de uma ala Liberal em endosso à Comissão Especial de Emancipação, quando da apresentação do projeto às Câmaras, em agosto. Zacarias e mais oito líderes de seu partido propuseram um fundo público para manumissão, isto é, para comprar cartas de liberdade para escravos. Um deles externou o temor dessa facção com o imobilismo do governo em face do avanço dos abolicionismos internacional e doméstico: “O maior perigo desta causa é a propaganda [...]. O pouco serve hoje, o muito amanhã não basta [...]; [...] não quereis ter os inconvenientes econômicos por que passaram as Antilhas inglesas e francesas, arriscaí-vos a ter os horrores de São Domingos”.<sup>36</sup> Duelavam a *ratio* política e a *ratio* econômica.

Várias propostas circularam então nas instituições e em panfletos; insistiam em seguir o exemplo espanhol, que, em julho de 1870, aprovou a Lei Moret ou de *vientres libres* para vigorar em Cuba e Porto Rico. A medida libertou os nascidos dali por diante e os escravos sexagenários, com indenização aos proprietários.<sup>37</sup> Esse ato estrangeiro encurralou o sistema político brasileiro. Mas a facção Emperrada dos Conservadores resistia a tudo, com protestos de Paulino Soares de Sousa e José de Alencar à ideia do ventre livre. Itaboraí, diante da divisão de seu partido, preferiu jogar a toalha a ceder. Deixou o governo.

Ante o sistema político cindido, d. Pedro II nomeou São Vicente, afinal autor do projeto do ventre livre discutido no Conselho de Estado em 1866, para a chefia de governo. Isso em fins de 1870. Rebouças, leitor de Benjamin Franklin, presidente da Associação Abolicionista da Pensilvânia, sabia que “Tempo é dinheiro”, por isso abalou-se ao novo chefe de gabinete, com projetos

debaixo do braço. Este, porém, em nada lembrava o visconde antecessor, sendo antes homem suscetível e irresoluto.<sup>38</sup> Nenhum político relevante topou compor seu ministério. Sem aval partidário, sem amparo outro que o Poder Moderador, suas iniciativas apenas aprofundaram o racha no Partido Conservador entre Emperrados e Reformadores. Seu gabinete ficou num limbo político e durou quase que só até as férias parlamentares.

#### NO TEATRO

Sempre alinhado, mas de pouco enfeite, Rebouças trajava casaca no dia 2 de dezembro de 1870, uma sexta-feira. Aficionado da ópera, estava, como toda a nata social do Império, em expectativa. Carlos Gomes, novo prodígio nacional apadrinhado pelo imperador e celebrado em Milão, estreava a ópera-balé *O guarani*. O Teatro Lírico Provisório regurgitava aristocratas em pompa, que vinham ver o espetáculo de gala em celebração ao aniversário de d. Pedro II.<sup>39</sup> O imperador celebrava seus 45 anos, os trinta de seu reinado e o fim da guerra contra o Paraguai. O Império se rejubilava.

À chegada da dinastia, a orquestra calou o burburinho com o Hino Nacional. Subiu o pano. Damas da Corte, estadistas endomingados e líderes partidários conheceram a adaptação musical do romance do ex-ministro da Justiça e membro do Partido Conservador, José de Alencar. A orquestra sacudiu o teatro, com uma banda italiana e os aimorés do corpo de baile. Em cena, o mito de origem da nacionalidade, o enlace da moça de ascendência europeia com um indígena tão nobre quanto um aristocrata. No palco, aventureiros espanhóis e portugueses, fidalgos e caciques, Cecília e Peri, ninguém da cor de Rebouças.<sup>40</sup>

O tempo da ópera era o passado remoto, o início da coloni-

zação, antes de o país se partir em senhores e escravos, antes de se generalizar a instituição mãe de todas as outras, a engrenagem do Império — a escravidão, fundamental e tácita. Os negros, ausentes do enredo, estavam no camarim, montaram o cenário, dirigiram cabriolés, engomaram as roupas, lustraram os sapatos, alimentaram cada uma das bocas da plateia com seus quitutes e seu leite. *O guarani* nada dizia deles.

Os líderes dos dois partidos, contudo, não tinham mais como evitá-los. Depois da *Lei Moret*, que datava o fim da escravidão em Cuba, o Brasil estava entre frear o moto-contínuo que, à própria sorte, se reproduziria até o fim dos tempos, ou restar lanterninha escravocrata do mundo civilizado. Para a minúscula ala modernizadora da elite imperial, urgia acelerar o passo emancipacionista. Assim pensava Manuel de Sousa Dantas, ex-ministro do gabinete Zacarias e novo presidente da Libertadora Bahiana, sucedendo, em 1870, Abílio Borges, que se mudara para a Corte.<sup>41</sup> Mas havia o contraponto de uma sociedade inteira escravista. Para defendê-la, ali estava o sobrinho e herdeiro político de Itaboraí, Paulino Soares de Sousa, Conservador tão fino quanto obstinado na guarda do escravismo.

No Teatro Lírico, Rebouças terá ouvido a notícia de que, além de Liberais e Conservadores, o Império ganhava novo partido. Muitos Liberais Radicais desistiam da monarquia e o fariam saber no dia seguinte a essa festa, com seu Manifesto Republicano.

Para fazer face às medidas emancipacionistas em Cuba, aplicar os Liberais revoltosos e conter o republicanismo, d. Pedro chamaria um terceiro visconde, o do Rio Branco, para comandar o governo em seu calvário, a tramitação da reforma do elemento servil.

Loquaz e jeitoso, Rebouças terá falado com todos eles. Trafegando entre camarotes, corredores, antecâmaras do poder, não desistira do príncipe consorte e aliciava adeptos para sua associa-

ção emancipadora.<sup>42</sup> Fez política e usufruiu do espetáculo. Tanto que, à saída, estava de braços com Carlos Gomes, transformado desde esse dia em amigo fraterno.

Ovacionou-se o maestro. Dos camarotes, senhoras lançaram flores, senhores puseram-se de pé, bravos, bravíssimos. Carlos Gomes tornou ao palco oito vezes; ao fim, arrebatado, foi carregado pelos jardins. Rebouças, a aplaudir como louco,<sup>43</sup> ficou no miolo do frenesi, tanto no teatro como na rua, os cenários do movimento de que seria a chave-mestra. Quantas vezes, de par com José do Patrocínio, organizaria concertos seguidos de passeatas? Mas, em vez de um drama guarani, encenariam a tragédia africana.

Naquele 1870, maestro, imperador, partidos, cortesãos celebravam a monarquia, sua obra de civilização, sua nação inventada, mas logo encenariam um enredo mais incerto. Unido no aplauso ao *Guarani*, o Império estava em véspera de dilaceramento. Em nome da compaixão, do direito e do progresso, os que estavam com Rebouças exigiriam o fim da escravidão. Paulino e sua legião resistiriam à abolição, que, diziam, poria abaixo a ordem imperial, sua economia, seu sistema político, sua sociedade aristocrática e todo o esplendor daquele dia de gala.

José de Alencar concordava. Libertar o ventre das escravas, à maneira do que a Espanha fazia em Cuba, seria como pecar o libretista contra seu *O guarani*: ao alterar a trama desvirtuara a obra. O romance tinha final reconfortante, o mal naufragado em dilúvio, salvos Ceci e Peri, pais da nação brasileira. Na ópera, a impossibilidade de encenar a tempestade tornou o desfecho drástico, com estouro de barris de pólvora e desmoronamento do castelo dos aristocratas.<sup>44</sup> A explosão se anunciava também fora do palco. Ao acabar aquele dezembro, chegaria o ano sem par de 1871, quando a escravidão, bomba-relógio do Império, sairia da coxia para roubar o centro da cena.

## 2. Escravidão de circunstância

### EM NOME DA ORDEM

Barba aparada, camisa de casimira bem cortada aderida como luva ao corpo alto e fino, Paulino Soares de Sousa prepara-se para o combate. Não que a vida se lhe apresentasse como uma guerra: foi antes uma escalada. Nasceu em fazenda, a de Tapacora, no interior do Rio de Janeiro, mas se educou no grande mundo. No Colégio Pedro II, ganhou distinções e o amor aos gregos. Saiu da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1855, com as capacidades esperadas para um primogênito de estadista do Império: armar jornais, discursos, panelas. Política respirada em casa. Seu pai era o visconde do Uruguai, um dos edificadores das instituições políticas centralizadas do Segundo Reinado. Tinha ainda o sangue de outro alto costado do Partido Conservador, o visconde de Itaboraá. Essa origem abriu caminho para que ocupasse os postos de monta do Segundo Reinado. Começou pela diplomacia: Viena, Paris, Londres. Tornou-se cavaleiro da ordem turca de Medjidie, cujo medalhão de sete pontas traz em vermelho uma